

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 009/2024/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000499-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Câmara Municipal de Porto Murtinho - Requerida: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. - Assunto: Apurar eventual deficiência no serviço prestado pela empresa ENERGISA no município de Porto Murtinho, em prejuízo aos usuários do serviço. **2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001294-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Bonito - Assunto: Apurar supostas irregularidades ambientais e estruturais no Balneário Municipal de Bonito. **3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001903-7** - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar possível violação ao direito de acessibilidade das pessoas com deficiência no acesso aos sanitários da Unidade Básica de Saúde da Família/UBSF Jardim Marabá. **4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001908-1** - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar possível violação ao direito de acessibilidade das pessoas com deficiência na Unidade Básica de Saúde da Família/UBSF José Abrão Distrito Norte, consistente na falta de adaptação ao acesso do balcão da recepção. **5) Inquérito Civil nº 06.2018.00001910-4** - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar possível violação ao direito de acessibilidade do consultório odontológico e dos sanitários da Unidade Básica de Saúde da Família/UBSF Maria Aparecida Pedrossian - MAPE. **6) Inquérito Civil nº 06.2018.00001911-5** - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar possível violação do direito/garantia de acessibilidade das pessoas com deficiência na Unidade Básica da Família/UBSF - Dra. Alda Garcia de Oliveira Azaléia. **7) Inquérito Civil nº 06.2018.00001961-5** - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar possível violação do direito/garantia da pessoa com deficiência à acessibilidade na Unidade Básica de Saúde da Família/UBSF Três Barras. **8) Inquérito Civil nº 06.2018.00001962-6** - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Missão Franciscana do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Município de Campo Grande - Assunto: Apurar possível violação de direito/garantia de acessibilidade da pessoa com deficiência constatada pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul - CRM/MS na Unidade Básica de Saúde da Família - UBSF São Francisco. **9) Inquérito Civil nº 06.2018.00001963-7** - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar possível violação do direito/garantia da pessoa com deficiência à acessibilidade na Unidade Básica de Saúde/UBS rural Anhanduí. **10) Inquérito Civil nº 06.2018.00002034-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Prefeitura Municipal de Ponta Porã - Assunto: Apurara adequada estruturação da Procuradoria Jurídica do Município de Ponta Porã, bem como a existência de advogados contratados temporariamente pelo Município de forma ilegal. **11) Inquérito Civil nº 06.2018.00002254-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana - Requerente: Marcelo Fernandes de Carvalho - Requerido: André Luiz Nogueira - Assunto: Apurar desmatamento irregular de área de 54,75 ha no imóvel rural denominado Fazenda Chaparral, de propriedade de André Luiz Nogueira, localizada no Município de Aquidauana/MS. **12) Inquérito Civil nº 06.2018.00002567-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Prefeitura Municipal de Amambai - Assunto: Promover a coleta de informações, depoimentos, certidões, perícias e demais diligências para compelir o poder público municipal a tomar as providências cabíveis quanto à remoção ou regularização das pessoas invasoras de área pública. **13) Inquérito Civil nº 06.2018.00002622-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Câmara Municipal de Vereadores de Antonio João/MS - Assunto: Apurar eventual ilegalidade no pagamento de diárias de membro da Câmara Municipal de Antônio João/MS. **14) Inquérito Civil**



nº 06.2019.00000140-7 - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Associação Beneficente de Campo Grande/ABCG - Hospital Santa Casa Campo Grande, Hospital Regional de Mato Grosso do Sul Rosa Pedrossian, Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian-HUMAP/UFMS e Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar supostas irregularidades no Centro Especializado em Doenças Infetoparasitárias/CEDIP do município de Campo Grande/MS, consistentes na não realização/insuficiência dos procedimentos invasivos de diagnóstico: punção lombar, aspirado de medula óssea e biópsia de pele. **15) Inquérito Civil nº 06.2019.00000261-7** - 2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim - Assunto: Apurar regularização do atendimento aos direitos das pessoas com deficiência física, no que se refere à acessibilidade arquitetônica nas escolas municipais, em observância às Leis Federais n. 10.048/2000 e n. 10.098/2000, ao Decreto Federal n. 5.296/2004 e às normas constantes na Deliberação do Conselho Estadual de Educação CEE/MS n. 7.828/2005. **16) Inquérito Civil nº 06.2019.00000733-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Marcelleide Hartemam Pereira Marques - Assunto: Apurar prática de ato de improbidade administrativa por parte da Prefeita Municipal de Antônio João pelo não cumprimento deliberado do acordo judicial homologado. **17) Inquérito Civil nº 06.2019.00001195-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Juruena Energia S.A - Assunto: Apurar possíveis impactos ambientais decorrentes da implementação da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Figueirão de Juruena Energia S.A., localizada no Rio Jauru nos municípios de Coxim, Figueirão e Alcínópolis, com vistas a eliminar/mitigar os eventuais riscos. **18) Inquérito Civil nº 06.2019.00001248-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: SIMTED - Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Ponta Porã - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar legalidade na aplicação dos recursos do FUNDEB pelo município de Ponta Porã/MS. **19) Inquérito Civil nº 06.2019.00001315-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Claudinê Wagner Franco - Assunto: Apurar supressão vegetal ilegal de três áreas que somadas perfazem um total de 327,33 ha, ocorrido na Fazenda Campo Eunice, de propriedade de Claudinê Wagner Franco, localizada no município de Aquidauana/MS. **20) Inquérito Civil nº 06.2019.00001551-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Alexandrino Arevalo Garcia - Assunto: Apurar prática de ato de improbidade administrativa por parte do Prefeito Municipal de Aral Moreira pelo não cumprimento das obrigações legais inseridas nas cláusulas de acordo extrajudicial firmado com esta Promotoria de Justiça. **21) Inquérito Civil nº 06.2020.00000148-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro - Requerente: Agripino Bezerra da Cunha - Requerido: - Assunto: Apurar eventual dano ambiental na propriedade denominada Recando dos Dourados Lote 5 B 6 e 7 consistente na construção de edificações dentro da área de preservação permanente. **22) Inquérito Civil nº 06.2020.00000219-4** - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Missão Franciscana do Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul - MIFRA, Município de Campo Grande - Assunto: Apurar falta de acessibilidade do imóvel utilizado pelo CAPS Afrodite III. **23) Inquérito Civil nº 06.2020.00000802-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: CAOMA - Centro de Apoio Operacional Meio Ambiente - Requerido: Moacir Duim Junior - Assunto: Apurar desmatamento de 3,26 hectares em área de Savana Arborizada sem floresta de galeria, na Fazenda Tupã e parte da Fazenda Poção - Área B2, em Rio Verde de Mato Grosso, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 144/20/NUGeo (Programa DNA Ambiental). **24) Inquérito Civil nº 06.2021.00000161-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia - Requerente: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia-MS - Requerido: Dovanilio Ferreira Eireli, Secretário Municipal de Obras de Cassilândia-MS, V. B. de Queiroz Transportes ME - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, conforme elementos de informação do processo administrativo nº 126/2020 em relação à contratação de Dovanilio Ferreira Eireli. **25) Inquérito Civil nº 06.2021.00000348-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde do Meio Ambiente da comarca de Mato Grosso - Requerente: 3ª Cia de Polícia Militar Ambiental - Coxim/MS - Requerido: José Tomaz Vitorino - Assunto: Apurar a suposta ocorrência de dano ambiental, decorrente de construção irregular na Área de Preservação Permanente APP do Rio Coxim, no propriedade conhecida como Rancho do Tomaz, situada no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS. **26) Inquérito Civil nº 06.2021.00000591-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Instituição de Plano de Asfaltamento Comunitário no município de Ponta Porã por meio das Leis Municipais nº 4.330/2018 e nº 4.338/2018 em descumprimento ao regramento legal de custeio de obra pública. **27) Inquérito Civil nº 06.2021.00000874-8** - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Campo



Grande - Assunto: Apurar a falta de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na USF Vila Cox.

28) Inquérito Civil nº 06.2021.00000914-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: GAECO - Requerida: Câmara Municipal de Ponta Porã, Município de Ponta Porã e Sergio Daniel Correa - Assunto: Apurar regularidade do ato de cessão do servidor público municipal de Ponta Porã Sérgio Daniel Correa à Câmara de Vereadores de Ponta Porã.

29) Inquérito Civil nº 06.2021.00001054-3 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: SIMTED ARAL MOREIRA MS-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica de Aral Moreira MS - Requerido: Alexandrino Arevalo Garcia, Município de Aral Moreira - Assunto: Apurar eventual ilegalidade nas designações de servidores temporários para ocupar cargos de Coordenação e Direção nas Escolas Municipais de Aral Moreira/MS e, por via de consequência, a prática de ato de improbidade administrativa correlato, inclusive por conta do pactuado no Termo de Ajustamento de Conduta acompanhado no Procedimento Administrativo sob nº 09.2017.00003963-0.

30) Inquérito Civil nº 06.2021.00001247-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requeridos: Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal – IAGRO, Ederson Nicanor Antun Rodrigues e Vigilância Sanitária Municipal de Ponta Porã - Assunto: Averiguar as medidas administrativas empreendidas na tutela do consumidor e das normas sanitárias em relação aos fatos objeto do Boletim de Ocorrência nº 955/2021.

31) Inquérito Civil nº 06.2021.00001304-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Polícia Militar Ambiental de São Gabriel do Oeste/MS - Requerido: Jose Furtado Borges - Assunto: Apurar dano na Área de Preservação Permanente - APP do Córrego Mimoso, sendo que esta área não possui isolamento, pode-se observar processo erosivo, desbarrancamento da borda da calha e consequentemente assoreamento do curso d'água, na Fazenda Talismã, em Bandeirantes-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 6859 e Relatório de Fiscalização Ambiental n. 015/2º Pel PMA - São Gabriel do Oeste/MS.

32) Inquérito Civil nº 06.2022.00000271-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: 3ªCIA/BPMA - COXIM-MS - Requeridos: Joao Carlos Pozzobon e Paulo Cezar Pozzobom - Assunto: Apurar desmatamento de 13,96 hectares no ID 39 e 7,17ha no ID 262 em área de Vegetação Nativa, na Fazenda Dois Meninos do Piquiri, em Pedro Gomes, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 303/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

33) Inquérito Civil nº 06.2022.00000519-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia - Requerente: Comissão dos Proprietários e Moradores Rurais - Ronaldo Rodrigues Thomé - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade na aplicação dos tributos ITR e FUNDERSUL nos anos de 2020 e 2021.

34) Inquérito Civil nº 06.2022.00000663-2 - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Prof. André Luis Soares da Fonseca - Vereador - Requerida: Câmara Municipal de Campo Grande - Assunto: Apurar se a Unidade Básica de Saúde Engenheiro Arthur Okama UBS Dona Neta, Bairro Guanandi, em Campo Grande/MS, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população.

35) Inquérito Civil nº 06.2022.00000667-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar eventual irregularidade envolvendo a contratação da empresa Schettini Engenharia Ltda pelo Município de Ponta Porã por meio do Pregão Presencial nº 079/2014 (Processo nº 16.625/2014; Ata de Registro de Preço nº 059/2014).

36) Inquérito Civil nº 06.2022.00000699-8 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: A apurar - Assunto: Assunto: Improbidade administrativa/utilização da máquina pública/abuso do poder econômico/captação de irregular de eleitor

37) Inquérito Civil nº 06.2022.00000722-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Lia Junqueira de Camargo, Rita Junqueira de Camargo e Tomás Junqueira de Camargo - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais ocorridos no imóvel denominado "Fazenda Rapadura Gleba A e B", CARMS n. 5578, conforme apontamentos existentes no Relatório de Vistoria Técnica nº 041/DAEX/CORTEC-MA/2021.

38) Inquérito Civil nº 06.2022.00000819-6 - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Desmatamento na Fazenda Maracujá, gleba B.

39) Inquérito Civil nº 06.2022.00001018-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Iguatemi/MS - Assunto: Apurar eventual omissão de informação no Portal da Transparência do Município de Iguatemi em relação às diárias recebidas pelos servidores.

40) Inquérito Civil nº 06.2022.00001126-8 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Roberto Yoneyama - Assunto: Apurar a irregularidade ambiental trazida pela PMA por meio do relatório de fiscalização ambiental n. 41/4/2022, ocorrido na Fazenda Campina.

41) Inquérito Civil nº 06.2022.00001260-1 - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professora Maria Regina de Vasconcelos Galvão - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de



irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professora Maria Regina de Vasconcelos Galvão visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **42) Inquérito Civil nº 06.2022.00001269-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Geraldo Castelo - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Geraldo Castelo visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **43) Inquérito Civil nº 06.2022.00001273-4** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Antonio José Paniago - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Antônio José Paniago visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **44) Inquérito Civil nº 06.2022.00001274-5** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Governador Harry Amorim Costa - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Governador Harry Amorim Costa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **45) Inquérito Civil nº 06.2022.00001281-2** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professor Licurgo de Oliveira Bastos - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professor Licurgo de Oliveira Bastos visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **46) Inquérito Civil nº 06.2022.00001447-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju - Requerente: Ministério Público Social - Requerido: Município de Maracaju - Assunto: Apurar denúncia em desfavor do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, senhor Agadir Mossmann, por conscientemente promover a desestruturação da Casa do Trabalhador de Maracaju (Posto do Sine) descumprindo as normas vigentes, o Termo de Cooperação Mútua firmado entre o Município de Maracaju e a FUNTRAB/MS, bem como afrontando os princípios da administração pública da legalidade, da eficiência, da continuidade da prestação dos serviços públicos, da moralidade administrativa, da lealdade as instituições a que servem, dentre outros. **47) Inquérito Civil nº 06.2023.00000687-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - Requeridos: Alex Boteon, Fernanda Moreto Impolceto e Julio Rodrigues Naleto - Assunto: Apurar a supressão vegetal de 4,7658 hectares em Área de Preservação Permanente, na Fazenda Cascalho, em Cassilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração 012534/2023 e Laudo de Constatação 016007/2023. **48) Inquérito Civil nº 06.2023.00000727-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul - Requerido: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bandeirantes - Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação da empresa Engeluga Engenharia Eireli-ME pela autarquia municipal Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bandeirantes/MS, por meio da inexigibilidade licitatória n. 1/2022. **49) Inquérito Civil nº 06.2023.00000826-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Subunidade do 15BPMA - Requerido: Cedapar Participações Ltda, Luciano Magalhães Nogueira - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 5,63 hectares em área de atividade Agrossilvipastoril, fora da área de Reserva Legal, na Fazenda Tauá - Gleba D-Parte 2, em Pedro Gomes/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 038/3ªCIA/BPMA/2022. **50) Inquérito Civil nº 06.2023.00001280-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ivinhema/MS - Assunto: Apurar a ilegalidade no pagamento de abono pecuniário pelo Município de Ivinhema/MS aos seus servidores, em valor acima do percentual permitido pela legislação. **51) Inquérito Civil nº 06.2023.00001004-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Jean Luiz Rezende Souza - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 40 hectares de área queimada, totalizando 80 montes (leiras) de queima ao ar livre, na Fazenda Vista Alegre (Estiva), em Pedro Gomes/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme o Relatório de Fiscalização Ambiental Nº 067/ 3ª CIA/BPMA – Coxim/MS.

Campo Grande, 20 de fevereiro de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO
Procuradora de Justiça
Secretária do Conselho Superior do MP

**AVISO Nº 010/2024/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguintes **Notícia de Fato**:

1) Notícia de Fato nº 01.2024.00000335-4

26ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Campo Grande

Recorrente: Denunciante sigiloso

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar suposta irregularidade nas vagas de estacionamento da empresa Esthetic Diamond, localizada na rua Sete de Setembro, 245, centro, nesta cidade.

Campo Grande, 20 de fevereiro de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 002/PGJ/2024**

Processo nº 09.2024.00000011-3

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **J & E GÁS E ÁGUA MINERAL LTDA**, representada por **José Carlos Rodrigues Maidana**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000063, de 08.01.2024.

Vigência: 21.02.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 21 de fevereiro de 2024.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 003/PGJ/2024

Processo: 09.2024.00000014-6

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **SERPA & SERPA LTDA**, representada por **Elenir Marion Kowalski Serpa**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 120,00 (cento e vinte reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000064, de 08.01.2024.

Vigência: 21.02.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 21 de fevereiro de 2024.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 015/PGJ/2024**

Processo: 09.2024.00000032-4

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **LAGUNA COMÉRCIO DE GÁS LTDA**, representada por **Vanderlei Laguna**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000080, de 09.01.2024.

Vigência: 21.02.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 21 de fevereiro de 2024.

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006414-8

Notificada: RM Comércio de Mercadorias e Materiais Ltda

RM COMÉRCIO DE MERCADORIAS E MATERIAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 20.784.313/0001-95, sediada na Rua do Comércio, nº 770, Centro, CEP: 98.400-000, na cidade de Frederico Westphalen/RS, representada neste ato por Renato Bambini, portador do CPF nº 011.xxx.xxx-06, fica notificada da aplicação da sanção de multa moratória no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, com fulcro no item 9.1.2. da Cláusula Nona da ARP nº 14/PGJ/2022. A multa corresponde ao valor total de R\$ 2.830,06 (dois mil oitocentos e trinta reais e seis centavos). A empresa poderá recorrer da decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alínea “f”, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 8.666/93). Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas no Departamento de Material e Patrimônio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Lília Oshiro, 105, Carandá Bosque, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-3980, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 63ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica **às vítimas e à investigada** a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0919998-13.2023.8.12.0001, em que constam como investigada Lucineide Cordeiro Braga e vítimas Caio Alves Colombo e Leonardo Fontania, conforme se transcreve: “Outrossim, não se vislumbra, no momento, a possibilidade de realização de quaisquer diligências capazes de trazer aos autos elementos suficientes para se demonstrar a autoria, necessária para se iniciar a persecução criminal”.

Campo Grande/MS 21 de fevereiro de 2024.

RICARDO BENITO CREPALDI

Promotor de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 63ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ², de 24 de novembro de 2023, comunica à **investigada** a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0920903-18.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Jamiles Fernanda Gomes Cardoso e vítima Coriolando Gonçalves Bernal, conforme se transcreve: “Durante as investigações não se chegou à autoria do incêndio, pois há apenas suspeitas de que quem teria ateado fogo na casa seria Jamiles, por ciúmes, contudo não há testemunhas ou câmeras que possam indicar que foi realmente Jamiles que atou fogo, assim, o presente caso requer o seu imediato arquivamento, uma vez que falta uma das condições imprescindíveis à propositura da competente ação penal, qual seja, a legitimidade passiva *ad causam*”.

Campo Grande/MS 21 de fevereiro de 2024.

RICARDO BENITO CREPALDI
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0001/2024

Edital de Ciência de Eliminação de Documentos

A 73ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS, faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 0001/2024, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Campo Grande/MS, 20 de fevereiro de 2.024.

JÚLIO BILEMJIAN RIBEIRO
Promotor de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2024

PROVENIÊNCIA – (73ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande)	PROCEDÊNCIA – (73ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande)		
Órgão / Setor: 73ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande	Órgão / Setor 73ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe/Subclasse 200/- – Audiência: agenda e escala mensal – pauta de audiências.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2021	2021.
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Rony Pedros Vasques, Técnico I, matrícula 801938-0.			
Campo Grande/MS, 20 de fevereiro de 2.024.			

² “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Francisco Pereira Figueiredo a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0925272-55.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Francisco Pereira Figueiredo e vítima Rosimeire Mateus da Silva, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Douglas Lira Ramos a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900051-36.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Douglas Lira Ramos e vítima Ana Paula Bernardo Caju, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Edson Correia a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0925245-72.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Edson Correia e vítima Rosimeire Pedraza da Silva, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁴ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁵ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Kátia Regina Souza a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900178-71.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Aldemiro Luiz de Menezes e vítima Kátia Regina Souza, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁷, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Edna Lima Bronze a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900280-93.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Luciano Ferreira Bronze e vítima Edna Lima Bronze, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁸, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Solange Hernandez Bispo a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900223-75.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Rone Eduardo dos Santos Ribeiro e vítima Solange Hernandez Bispo, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

⁶ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁷ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁸ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁹, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Mária de Fátima Rumão a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900256-65.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Leandro Lopes Sobrinho e vítima Mária de Fátima Rumão, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁰, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Solange Quitéria de Jesus a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900229-82.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Cecílio Jesus Filho e vítima Solange Quitéria de Jesus, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹¹, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Antônia Maria Olímpio a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900148-36.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Lázaro Hércules Rodrigues Silva e vítima Antônia Maria Olímpio, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

⁹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹⁰ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹², de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Alzeni Alves da Silva a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900091-18.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Alfredo Armoa e vítima Alzeni Alves da Silva, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹³, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Sônia da Silva dos Santos a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900071-27.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Mário Arruda Bezerra e vítima Sônia da Silva dos Santos, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

AMAMBAI

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A Promotoria do Juizado Especial Adjunto de Amambai nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado nº 08.2023.00175061-8 (Autos nº 0900073-22.2023.8.12.0004), em que constam como investigado Carlos Gabriel Moreira Ramirez¹⁵ e vítima Silo Vasque, conforme se transcreve:

"Diante do exposto, ante a falta de interesse da vítima e consequentemente a ausência de representação, que é condição de procedibilidade da ação penal, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente feito".

Finalidade: A cientificação da vítima, Silo Vasque.

Amambai/MS, 16 de fevereiro de 2024.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES
Promotora de Justiça

¹² “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹⁴ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹⁵ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais



DOURADOS

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 28, *caput*, do CPP e art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, **comunica** a decisão de arquivamento dos autos do inquérito policial SAJ/TJ n.º 0004459-15.2012.8.12.0002 à vítima **TADEU LOUREIRO DA SILVA LOURENÇO BAPTISTA**, CPF 986.544.381-34, RG 1120904 – SSP/MS, nascido no dia 10/01/1984, natural de Garça/SP, filho de Eduardo Henrique Manoel Lourenço Baptista e Glacie Loureiro da Silva Baptista, em que constam como investigados **WILLYAN CARDOSO MATTOS**, **REGINALDO AZEVEDO DE OLIVEIRA**, **ANDERSON MIRANDOLA** e **ANTÔNIO CARLOS VIDEIRA**, e como vítima **TADEU LOUREIRO DA SILVA LOURENÇO BAPTISTA**, conforme se transcreve: “Ante o exposto, o **determino** o seguinte: a) o arquivamento do presente inquérito policial, tendo em vista a falta de justa causa para o exercício de eventual ação penal, consubstanciada na ausência de indícios consistentes de autoria delitiva, com fundamento no artigo 28, *caput*, do Código de Processo Penal¹⁶; [...]”.

Outrossim, informo que, caso Vossa Senhoria não concorde com o arquivamento do inquérito policial supracitado, nos termos do art. 28, § 1º, do CPP, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta comunicação, apresentar pedido de revisão da decisão, já acompanhado das respectivas razões, diretamente a esta Promotoria de Justiça, nos termos do art. 6º da Resolução n.º 43/2023-PGJ.

Dourados, 20 de fevereiro de 2024.

FERNANDO JAMUSSE
Promotor de Justiça

MIRANDA

EDITAL Nº 004/2024

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001380-4 abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001380-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: SIBIPIRUNA AGROPECUARIA LTDA - EPP

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 1,2500 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Querência, em Bodoquena/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 012863/2023 e Laudo de Constatação n. 016397/2023”.

Miranda/MS, 20 de fevereiro de 2024.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA
Promotora de Justiça

¹⁶Ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público comunicará à vítima, ao investigado e à autoridade policial e encaminhará os autos para a instância de revisão ministerial para fins de homologação, na forma da lei.” (Art. 28, *caput*, do CPP)

**EDITAL N° 005/2024**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001398-1 abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001398-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Egídio Vilani Comin

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 25 metros de largura por 100 metros de comprimento, em Área de Preservação Permanente, durante a limpeza de uma vala de escoamento de água, na Fazenda Indiana, em Bodoquena/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 012529/2023 – IMASUL e Laudo de Constatação nº 016000/2023 – IMASUL.”

Miranda/MS, 20 de fevereiro de 2024.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

EDITAL N° 006/2024

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2024.00000101-2 abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000101-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: “Apurar as irregularidades ambientais cometidas na Fazenda Estrela e Fazenda Entre Rios.”

Miranda/MS, 20 de fevereiro de 2024.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

EDITAL N° 007/2024

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000593-7 abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000593-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requeridos: Caldeira Barbosa Agropecuária, Atílio Gustavo Blanco Barbosa

Assunto: “Apurar o desmatamento de 1,82 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Bocaína, em Bodoquena/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 281/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental)”.

Miranda/MS, 20 de fevereiro de 2024.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 008/2024**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000599-2 abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000599-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Adauto Rodrigues de Oliveira

Assunto: ““Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 99,52 hectares, em área declarada como Remanescente de Vegetação Nativa, na Fazenda Estrela- Parte, em Miranda/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 271/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).”

Miranda/MS, 20 de fevereiro de 2024.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

MUNDO NOVO**EDITAL N. 0007/2024/02PJ/MUV****PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

Autos SAJTJ nº 0801823-49.2022.8.12.0016 e Autos n. SAJMP nº 08.2022.00206457-0

A 2ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁷, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial SAJTJ nº 0801823-49.2022.8.12.0016 e SAJMP nº 08.2022.00206457-0 em que constam como investigado(a/s) Cristiano Pinzon da Silva e vítima(s) L. Y. P. ,representada por Cintya Thayse Yoshisaki, conforme se transcreve: “(em virtude falta de justa causa para a promoção da ação penal, com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos.)”

Mundo Novo, 20/02/2024

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR

Promotor de Justiça

RIO NEGRO**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ3 , de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900418-50.2023.8.12.0048, em que consta como vítima J.P.N., conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, uma vez que não foi demonstrada a materialidade do delito”.

Rio Negro, 24 de janeiro de 2024.

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça

¹⁷ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”